

1) EDIÇÃO 00 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2013- Revista IBDFAM- Famílias e Sucessões

1.1 “Alimentos compensatórios e divisão dos frutos e rendimentos dos bens comuns: não dá para confundir!”

MARIA BERENICE DIAS

Advogada. Vice-Presidenta Nacional do IBDFAM. Presidenta da Comissão da Diversidade Sexual da OAB. Ex-Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

FELIPE MATTE RUSSOMANNO.

Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

1.2 “A interdisciplinaridade e o conteúdo dos laudos: instrumentos para a garantia da proteção da criança vítima de violência sexual”

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA

Procuradora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, Especialista em Violência Doméstica pela USP; Mestre em Direito pela UNISINOS; Doutora em Serviço Social pela PUCRS, Professora de Direito de Família e Direito da Criança e do Adolescente na Faculdade de Direito da PUCRS; Professora convidada da UNAMA; voluntária no Programa de Proteção à Criança do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; sócia do IBDFAM, IARGS, SORBI e ABMCJ.

1.3 “A intervenção do IBDFAM como *amicus curiae*: atuação em defesa da afetividade como cerne de todas as famílias”.

LUIZA HELENA LELLIS ANDRADE DE SÁ SODERO TOLEDO

Professora de Direito das Famílias e Direito Processual Civil dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito do Centro UNISAL, Lorena/SP (desde 2005). Ex-professora do curso de graduação em Direito da Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes/SP (2009-2012). Mestre em Direitos Sociais e Cidadania, com ênfase em Minorias (2008). Pós-graduada em Direito Público (2005). Advogada com escritório em São José dos Campos/SP. Membro do IBDFam.

FERNANDA DE CARVALHO LAGE

Advogada. Professora universitária no Centro UNISAL, Lorena/SP. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) - U.E. Lorena (2008-2012). Mestranda em Direitos Sociais, Econômicos e Culturais pelo Centro UNISAL – Lorena(2013-2014).

1.4 Os meus, os seus e os nossos: as famílias mosaico e seus efeitos jurídicos”.

MARIA GORETH MACEDO VALADARES

Doutora e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Escreveu sua dissertação de mestrado sobre Famílias Reconstituídas e sua tese de doutorado sobre Multiparentalidade. É também especialista em Direito Civil pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Formou-se em Direito pela Faculdade Milton Campos em julho de 2003. É professora da PUC Minas desde 02/2006 e do IBMEC desde 08/2015. Em 2005 ganhou o prêmio Caio Mário, por seu artigo ter sido escolhido entre os dez melhores, tendo sido publicado em um livro da Editora Forense. Em dezembro de 2015 foi a professora mais bem avaliada do IBMEC. Tem artigos publicados sobre temas relacionados à área de atuação.

1.5 O abuso do direito nas relações existenciais familiares”.

VICTOR MACEDO DOS SANTOS

Advogado. Mestrando em Ciências Jurídicas (Menção em Direito Civil) pela Universidade de Lisboa. Mestrando em Ciências Jurídicas Sociais pela Universidade Nova de Lisboa. Membro da Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

1.6 Contribuição Estrangeira- DIGNIDADE HUMANA E SUCESSÃO DO COMPANHEIRO. CONEXÃO NECESSÁRIA PARA O GRITO EM APELO À MUDANÇA LEGISLATIVA

Patrícia Karinne de Deus Ciríaco aborda a dignidade humana e sucessão do companheiro ENTRELACANDO PELO MUNDO.

Advogada, OAB-Ce. Mestranda em Ciências Jurídicas (Menção em Direito Constitucional) pela Universidade de Coimbra, Portugal. Pós- graduanda em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus- SP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

1.7 Resenha Bibliográfica, Eduardo Ponte Brandão analisa o livro “ A angústia das crianças diante dos desenlaces parentais”, de Lenita Pacheco.

Psicanalista, Psicólogo do TJ/RJ, Doutor em Teoria Psicanalítica/UFRJ, Mestre em Psicologia Clínica/ PUC-Rio, Professor de pós-graduação lato sensu em Psicologia Jurídica/ IAVM- UCAM, Professor de graduação em Psicologia e supervisor clínico do SPA da Universidade IBMR-Laureate.

1.8 Tese mestrado- o panorama das uniões homoafetivas no Brasil, em Portugal e no mundo, traçando a evolução histórica e jurídica do tema, além de uma exposição de motivos pelos quais a união homoafetiva deve ser legalmente reconhecida.

Marianna Chaves

Pós-Graduada em Filiação, Adoção e Proteção de Menores pela Universidade de Lisboa; Pós-Graduada em Direito da Bioética e da Medicina pela Associação Portuguesa da Direito Intelectual e Universidade de Lisboa; Pós-Graduada em Proteção de Menores pela Universidade de Coimbra; Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa; Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Coimbra; Diretora de Relações Internacionais do IBDFAM - PB; Vice-Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo da OAB-PB; Membro-

consultor da Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB;
Consultora Jurídica.

2) EDIÇÃO 01 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2014- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

2.1 “Planejamento sucessório”

ROLF MADALENO

Advogado e Professor de Direito de Família na Graduação e Pós-Graduação PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela PUC/RJ.

2.2 “Afetividade e responsabilidade”

JOSÉ FERNANDO SIMÃO

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Diretor nacional do IBDFAM.

2.3 “Famílias paralelas”

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA

Professora de direito civil na USP. Diretora Nacional do IBDFAM.

2.4 “Testamento particular em braile, por que não? Inclusão já”

LISEUX NIDIMAR DIAS BORGES

Mestre em Direito Privado pela PUC/MG. Especialista em Direito Civil pelo IEC/MG. Professora de Direito Civil e Processo Civil do Centro Universitário Izabela HENDRIX/mg. Advogada.

2.5 Contribuição estrangeira: “Questões plurilocalizadas relativas aos direitos de guarda, visita e alimentos das crianças - Tanto mar que ainda separa Portugal e o Brasil”

ANTÔNIO JOSÉ FIALHO

Juiz de Direito Tribunal de Família e Menores do Barreiro- Portugal

2.6 Decisão comentada

EUCLIDES DE OLIVEIRA

Doutor de Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado.

Analise um julgado do Superior Tribunal de Justiça acerca da concorrência sucessória do cônjuge com descendentes, em casamento no regime da comunhão parcial de bens.

2.7 Resenha Bibliográfica, Tânia da Silva Pereira aborda o livro “Abuso sexual, uma tatuagem na alma de meninos e meninas”, de Ana Maria Brayner Lencarelli.

TÂNIA DA SILVA PEREIRA

Advogada especializada em Direito de Família, Infância e Juventude, Mestre em Direito Privado pela UFRJ. Diretora Nacional da comissão de idoso do IBDFAM, Membro da comissão de Família OAB/RJ.

ANA MARIA BRAYER LENCARELLI

Graduada em Psicologia pela Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Filiada do IBDFAM.

2.8 TESE, Apresenta estudo acerca das diretivas antecipadas de vontade no Brasil.

LUCIANA DADALTO

Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da UFMG. Mestre em Direito Privado pela PUC-MG.

3) EDIÇÃO 02 MARÇO/ABRIL DE 2014- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

3.1 “Relações de família e direitos fundamentais”

PAULO LÔBO

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, Professor Emérito da Universidade Federal de Alagoas, Professor Visitante da UFPE, Direito Nacional do IBDFAM, Membro do Conselho da Justiça.

3.2 “Entre a cruz e a espada: diretivas antecipadas de vontade e o consentimento”

ALESSANDRA DIAS BAIÃO GOMES

Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional PUC-RIO. Psicóloga e Bacharel em Direito.

3.3 “O direito à legítima e a autonomia privada do testador” ÉRIKA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS

Promotora de Justiça/RN, Mestre em Direito Privado/UFBA, Doutoranda em Direito/UPV- Espanha, Professora da UFRN, membro do IBDFAM.

BEATRIZ FERREIRA DE ALMEIDA

Aluna do 10 período de Curso de Direito da UFRN.

HELTON MACHADO

Advogado.

3.4 DEBATES

MARIA BERENICE DIAS

Advogada. Vice-Presidente do IBDFAM.

Na seção Debates, Maria Berenice Dias apresenta um questionamento: “Será que ainda hoje a distinção entre separação de fato e de corpos tem algum significado?”.

3.5 DECISÃO COMENTADA

“A concorrência sucessória do cônjuge sobrevivente no regime da separação de bens: uma análise crítica do REsp n. 992.749/MS do Superior Tribunal de Justiça”.

JOSÉ ROBERTO MOREIRA FILHO

Possui Mestrado em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004). Especialista em Bioética, Direito e Aplicações pelo Instituto de Educação Continuada da Puc Minas (2002). Bacharel em Direito pela Puc Minas (1996). Diretor tesoureiro do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). Presidente do IBDFAM em Minas Gerais. Presidente da Comissão de Direito de Família da OAB/MG. Coordenador da Pós Graduação em Direito de Família e das Sucessões da Faculdade Arnaldo Janssen. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Bioética e Biodireito da Puc Minas unidade Contagem/MG. Professor Universitário e advogado militante.

LUÍZA HELENA M.SOALHEIRO

Advogada. Professora. Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Arnaldo Janssen. Graduada pelo Centro Universitário Newton Paiva.

3.6 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

Em Contribuição Estrangeira portuguesa, aborda a questão patrimonial nas relações de união de facto, com uma breve reflexão sobre a lei da união de facto.

HUGO CUNHA LANÇA

Possui graduação em Licenciatura em Direito pela Universidade Moderna(1998) e mestrado em Direito pela Universidade Católica de Portugal(2005). Atualmente é Docente do Instituto Politécnico de Beja, Docente da Universidade Moderna de Beja e Associado do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico.

4) EDIÇÃO 03 MAIO/JUNHO DE 2014- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

4.1 “Redesenhando os contornos do direito de filiação: a incidência do afeto na composição da família contemporânea”

THIAGO FELIPE VARGAS SIMÕES

Graduado em Direito pelas Faculdades Integradas de Vitória - FDV/ES. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Pós-doutorando em Direito Civil pela Universidade de Lisboa - Portugal. Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões da Universidade Vila Velha - UVV/ES. Professor da ESMAGES - Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo. Professor da EMES - Escola da Magistratura do Espírito Santo.

4.2 “Sucessão: Concorrência entre companheiro e o colateral”

ALEXSANDRO DE ARÚJO TRINDADE

Analista de Direito do MP/SE, Bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes. Especialista em Direito Civil pela UNIDERP. Especialista em Ciências Criminais pela UNISUL.

4.3 “Você me paga se não me amar - uma análise histórico-filosófica dos precedentes sobre abandono afetivo no Superior Tribunal de Justiça”

VOLTAIRE DE FREITAS MICHAEL

Doutor em Direito pela UFRGS; Professor de Filosofia Geral e Jurídica no Centro Universitário Ritter dos Reis - Porto Alegre/RS; Promotor de Justiça no Rio Grande do Sul.

4.4 “Pedidos implícitos nas ações familiares”

RAFAEL CALMON RANGEL

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no ano de 1998. Especializado em Direito Civil e Processual Civil pela EMES/FADISP. Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no ano de 2014. Doutorado em Direito Processual Civil em andamento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a partir de 2016. Membro do IBDFAM.

4.5 PARECER ESTUDO SOBRE A INCONSTITUCIONALIDADE DO § 5º DO ARTIGO 10 DA LEI N. 9.263/96- Planejamento familiar (ADI 5097 – DF)

CLÁUDIA AOUN TANNURI

Defensora Pública do Estado de São Paulo. Membro do NUDEM (Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher).

4.6 DECISÃO COMENTADA: “A Liberdade” restrita do afeto. Análise de uma apelação do TJMG: abandono afetivo **ALBERTO RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS**

Juiz de Direito. Coordenador das Varas de Família e Sucessões do TJBA.

4.7 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA :Adoção internacional **VALÉRIA ZANETI**

Doutoranda pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito internacional Público pela Universidade de Lisboa.

5) EDIÇÃO 04 JULHO/AGOSTO DE 2014- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

5.1 “Derrotabilidade das normas-regras (*legal defeseability*) no direito das famílias: alvitando soluções para os *extreme cases* (casos extremos)”

CRISTIANO CHAVES DE FARIA

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Professor de Direito Civil da Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito Civil do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

5.2 “O ilícito omissivo parental: As três travessias”

NELSON ROSENVALD

Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma-Tre (Itália). Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC/SP. Professor de Direito Civil do Damásio Educacional e da Pós-Graduação da Faculdade Milton Campos. Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Autor de livros e artigos jurídicos.

5.3 “Reflexões sobre a epistemologia da monogamia”

ERIKA VERÍCIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS

Promotora de Justiça/RN. Mestre em Direito Privado/UFBA. Doutoranda em Direito/UPV- Espanha. Professora da UFRN, membro do IBDFAM.

BEATRIZ FERREIRA DE ALMEIDA

Advogada/RN.

5.4 “A obrigação alimentária no direito brasileiro e os direitos humanos: uma (re)leitura à luz dos tratados internacionais”

HELDER BARUFFI

Professor da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD. Mestre em Direito. Doutor em Educação USP.

ANA CRISTINA BARUFFI

Mestre em Direito UNIPAR/PR. Advogada.

5.5 TESE. “O estatuto jurídico das relações homoafetivas - Uma aproximação à sua concretização normativa”

SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA

Mestre e Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Professora-Adjunta de Direito Civil e Prática Jurídica da UnB. Presidente da Comissão Nacional de Mediação do IBDFAM. Advogada.

5.6 DECISÃO COMENTADA . “ Famílias paralelas - por um direito perpendicular”

MARCOS ALVES DA SILVA

Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Advogado. Professor da Escola da Magistratura do Paraná EMAP. Professor da Fundação Ministério Público do Estado do Paraná FEMPAR. Professor Permanente do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do UNICURITIBA. Realiza estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa. Associado IBDFAM.

5.7 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA. “Pinceladas sobre a condição jurídica da mulher, quarenta anos depois do 25 de abril: uma análise de antropologia jurídica (working papper)”

HUGO CUNHA LANÇA

6) EDIÇÃO 05 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2014- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

6.1 “Socioafetividade: o estado da arte no direito de família brasileiro”

PAULO LÔBO

Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Emérito da UFAL. Ex-Membro do Conselho Nacional de Justiça. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM e da International Society of Family Law

6.2 “O consentimento nas diversas formas de adoção”

TÂNIA DA SILVA PEREIRA

Advogada especializada em Direito de Família, Infância e Juventude. Mestre em Direito Privado pela UFRJ, com equivalência em Mestrado em Ciências Civílicas pela Universidade de Coimbra (Portugal). Professora de Direito aposentada da PUC/Rio e da UERJ. Diretora Nacional da Comissão do Idoso do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). Membro da Comissão de Família da OAB/RJ.

LIVIA TEXEIRA LEAL

Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Aluna da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Associada do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). 3DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 476.

6.3 “PROBLEMAS ATUAIS DO DIREITO PATRIMONIAL DE FAMÍLIA.REGIME DE BENS. ESTRUTURA E FUNÇÃO”

ÉLCIO ARRUDA

Artigo apresentado como exigência do curso de doutorado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP, disciplina “função social e constitucionalização do direito privado – direito existencial e patrimonial”, 1o semestre/2013, ministrada pelo Professor Doutor Flávio Tartuce. 2Professor universitário, mestre em direito pela UNIFRAN, doutorando em direito pela FADISP, juiz federal.

6.4 “Considerações sobre meação conjugal de verbas trabalhistas” CELITO DE BONA

Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em lato sensu em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Paranaense. Membro do IBDFAM.

ADAUTO DE ALMEIDA TOMASZEWSKI

Doutor pela PUC-SP. Mestre em Direito Civil pela Universidade Estadual de Londrina/PR- UEL.

6.5 “ A pertinência da propositura da ação de prestação de contas pelo genitor-alimentante sob a óptica dos atuais vetores do direito de família”

LIDIANA VELERE NAZARI

Assessora Jurídica, Especialista em Direito Civil ênfase em família e Sucessões pela Faculdade IDC.

6.6 “Guarda compartilhada: efetivação dos direitos fundamentais da convivência familiar e do melhor interesse da criança e do adolescente”

LEONICE TROIANI

Pós-graduana em Direito Constitucional da Unoesc.

CLAUDIA CINARA LOCATELI

Mestre em Direito pela UFSC.

6.7 “Parecer - alimentos intuitu personae”

FLAVIO TARTUCE

Doutor em Direito Civil pela USP (2010). Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC/SP (2004). Especialista em Direito Contratual pela PUC/SP (2001). Graduado pela Faculdade de Direito da USP (1998). Professor Titular permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP-ALFA), desde 2012. Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Contratual, Direito Civil e Direito de Família e das Sucessões da Escola Paulista de Direito (EPD-São Paulo), onde também é professor, desde 2003. Professor visitante em cursos de pós-graduação lato sensu pelo País. Professor da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP. Professor e conferencista convidado em cursos ministrados em Escolas da Magistratura. Coordenador e palestrante em cursos da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), em convênio com a Escola Nacional da Advocacia do Conselho Federal da OAB (ENA).

Decisão comentada

6.8 “Multiparentalidade uma realidade na jurisprudência que não pode mais ser ignorada”

CHRISTIANO CASSETTARI

Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Diretor do IBDFM- SP. Advogado e parecerista.

Contribuição estrangeira

6.9 “(in)constitucionalidade do artigo 3o da Lei 9/2010 da república portuguesa”

LUANA P.NOGUEIRA

Mestranda em Constitucional pela Universidade de Coimbra/PT.

7) EDIÇÃO 06 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2014- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

7.1 “A intributabilidade da pensão alimentícia”

ROLF MADALENO

Advogado de Direito de Família e Sucessões em Porto Alegre e São Paulo. Professor na Graduação e Pós-Graduação da PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Conselheiro Federal pela OAB/RS. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS

7.2 “A releitura do instituto da capacidade à luz da autonomia do idoso nas relações existenciais”

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor Associado da UERJ. Professor Adjunto do PPGD da Universidade Estácio de Sá. Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre “Direitos do Idoso”.

DIANA LOUREIRO PAIVA DE CASTRO

Integrante do Grupo de Pesquisa sobre “Direitos do Idoso” do PIBIC/UERJ.

7.3 “Autonomia privada e guarda compartilhada”

NELSON ROSENVALD

Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma, Doutor e Mestre pela PUC- SP, Professor da Damásio Educacional, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

7.4 “A pessoa idosa e seu direito prioritário à saúde: Apontamentos a partir do princípio do melhor interesse do idoso”

FABIANA RODRIGUES BARLETTA

Professora Adjunta da UFRJ. Doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional (PUC-Rio). Mestre em Direito Civil (UERJ).

7.5 “Aspectos Jurídicos do parto anônimo”

MYLENA RIOS CAMARDELLA DA SILVEIRA

Bacharela em Direito pela UNINOVAFAPI e advogada regulamente inscrita na OAB.

7.6 “As famílias simultâneas no ordenamento jurídico Brasileiro e seus efeitos Jurídicos”

CLAUDIA AOUN TANNURI

Defensora Pública do Estado de São Paulo .Membro do NUDEM. Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Membro do IBDFAM.

DANIEL JACOMELLI HUDLER

Acadêmico de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

7.7 “ A partilha de bens no divórcio e na dissolução na União Estável sob a perspectiva do direito material e do processo”

RAFAEL CALMON RANGEL

Mestre em Direito Processual Civil pela UFES.

7.8 “Decisão comentado: Inexigência de consenso entre os pais na atribuição da guarda compartilhada: Uma tendência saudável a caminho de sua plena consolidação no cotidiano do judiciário”

WALDYR GRISARD FILHO

Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Professor Titular de Direito de Família e Sucessões do UNICURITIBA. Presidente da Comissão de Ensino de Direito de Família do IBDFAM.

7.9 “Apadrinhamento Civil”

LAURA FERNANDES MADEIRA

Jurista e Mestranda em Ciências Jurídico-Civilísticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

8) EDIÇÃO 07 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2015- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

8.1 “Novo conceito de compartilhamento: igualdade parental”

MARIA BERENICE DIAS

Advogada. Vice-presidenta Nacional do IBDFAM.

8.2 “O que se espera com a guarda compartilhada nos casos de alienação parental: fragmentos da clínica com uma criança”

LENITA PACHECO LEMOS DUARTE

Psicóloga e Psicanalista. Membro da Escola de Psicanálise Fórum do Campo Lacaniano - Brasil (EPFCL). Pós-graduada em Psicanálise pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Pós-graduada em Mediação de conflitos com ênfase em família pela Universidade Cândido Mendes (A vez do Mestre). Mestre em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro consultor do Instituto Proteger. Autora de livros.

8.3 “A autotutela: uma perspectiva para preservação da autonomia futura do sujeito”

CARLOS MAGNU FERREIRA DOS SANTOS

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Promove. Pós-graduando em Direito Constitucional pela Universidade Gama Filho.

8.4 “Alienação parental: a morte em vida que gera órfãos da ausência – o enfrentamento normativo à alienação parental como forma de externalização do dever fundamental de proteção à família”

FLAVIANA ROPKE DA SILVA

Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Advogada.

DAURY CESAR FABRIZ

Professor-Doutor em Direito Constitucional pela FD/UFMG. Coordenador do PPGD/FDV (mestrado e doutorado). Presidente da Academia Brasileira de Direitos Humanos – ABDH. Advogado.

8.5 “ Análise da lei n.12.424/2011 que instituiu a usucapião urbana por abandono de lar conjugal e sua aplicação no direito das famílias especialmente aos regimes de bens”

Monique Girardello

Advogada inscrita na OAB Urberlândia/MG

8.6 “O divórcio após a Emenda constitucional n. 66/2010: a autonomia dos divorciando e a proteção dos direitos dos filhos menores”

NÚBIA ELIANE DE SOUZA DIÓGENES

Especialista em Direito de Família (UNIFACEX). Promotora de Justiça de Família/MPRN.

ROBERTA DE FÁTIMA ALVES PINHEIRO

Mestre em Direito Constitucional (UFRN). Especialista em Direito de Família (UNIFEX). Promotora de Justiça de Família/MPRN

8.7 “O litisconsórcio passivo necessário entre os avós paternos e maternos no âmbito das ações alimentares avoengas”

CAROLINA PORTELLA PELLEGRINI

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande. Advogada

DECISÃO COMENTADA

8.8 “Concorrência sucessória do companheiro” GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA

Professora titular da USP. Diretora Nacional (Região Sudeste) do IBDFAM.Ex-Procuradora Federal

CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

8.9 “O cumprimento das decisões judiciais e a prestação jurisdicional no âmbito internacional”

PAULO LINS E SILVA

Diretor Internacional do IBDFAM.

9) EDIÇÃO 08 MARÇO/ABRIL DE 2015- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

9.1 “Sobre a possibilidade de formação e reconhecimento de uma entidade familiar incestuosa”

LOURIVAL SEREJO

Diretor na Nacional. Magistrado TJ/MA.

9.2 “A legitimidade do concubino para ser beneficiário em testamento, contratos de doação e seguro de vida ”

MARIA GORETH MACEDO VALADARES

Advogada especialista em Direito de Família e Sucessões. Professora da PUC Minas. Doutora, mestra e especialista em Direito Privado pela PUC Minas.

9.3 “A busca da ascendência biológica pelo filho registral e afetivo: considerações à luz do princípio da solidariedade familiar”

VANESSA RIBEIRO SAMPAIO SOUZA

Doutora em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – campus Três Rios.

9.4 “Da possibilidade do estabelecimento da paternidade alimentar”

JULIA BRUM MORAES

Advogada, formada pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter Laureate International Universities).

9.5 “Reprodução humana assistida: as consequências do surgimento de famílias construídas *in vitro*”

DANIELA CRISTIN CASPANI GARIERI

Advogada. Pós-graduanda de Família e Sucessões pela EDP. Graduada pela UNESP. Coordenadora Núcleo Regional do IBDFAM/SP.

LUISA MENESES CAIXETA SILVA

Advogada. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela PUC/MG. Graduada pela PUC/MG.

WENDELL JONES FIORAVANTE SALOMÃO

Tabelião. Pós graduado em Direito Notarial e Registral Imobiliário pela EDP. Bacharel em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto/SP.

TESE (MESTRADO UNB)

9.6 “O mito da monogamia à luz do direito civil-constitucional: a necessidade de uma proteção normativa às relações de poliamor ”

RAFAEL DA SILVA SANTIAGO

Doutorando e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Professor da Unb e Centro Universitário de Brasília.

DECISÃO COMENTADA

9.7 “Multiparentalidade (TJRS) “ MARIA BERENICE DIAS

Advogada. Vice-Presidente Nacional do IBDFAM. Presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB.

CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

9.8 “Testamento vital: o estado da arte em Portugal, uma reflexão bioética “ MARA DE SOUSA FREITAS

Licenciada em enfermagem na ESEnFG. Mestre em Bióetica pela Universidade Católica Portuguesa. Especialização na UCP.

10) EDIÇÃO 09 MAIO/JUN DE 2015- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

10.1 “Parentalidade socioafetiva: o ato fato que se torna relação jurídica”

RODRIGO DA CUNHA PEREIRA

Advogado. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Doutor (UFPR) e Mestre (UFMG) em Direito Civil. Autor de vários livros e trabalhos em Direito de Família e Psicanálise

10.2 “Religião, sexualidade e famílias: dogmas espirituais como fundamento para a não regulamentação da união homoafetiva”

MARIANNA CHAVES

Doutoranda em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Secretária de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM. Membro da *International Society of Family Law* - ISFL. Membro-consultor da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB. Consultora Jurídica.

10.3 “A união estável e seus elementos conceituais”

NICOLAU ELÁDIO BASSALO CRISPINO

Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Professor Associado da Universidade Federal do Amapá. Procurador de Justiça no Amapá. Diretor no Amapá do IBDFAM.

10.4 “Igualdade entre o homem e a mulher na declaração do registro de nascimento” MARIO CARVALHO CAMARGO NETO

Mestre em Direito Político e Econômico - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo.

MARCELO SALOROLI DE OLIVEIRA

Mestre em Direito Privado pela UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2006). Diretor da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen/SP).

10.5 “Alimentos compensatórios e as causas de seu deferimento no Brasil”

MARCELLUS POLASTRI LIMA

Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor-Doutor (adjunto) da UFES, na Graduação e Pós-Graduação stricto sensu, no Curso de Mestrado em Direito Processual. É pesquisador convidado no Instituto de Ciências

Criminais do Departamento de Direito Penal, Estrangeiro e Internacional) da Faculdade de Direito Göttingen, Alemanha, além de fazer parte do Comitê Acadêmico do Boletim Semestral do Grupo Latino Americano de investigação penal desta Universidade. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Procurador de Justiça.

RENATA VITÓRIA OLIVEIRA S. TRANCOSO

Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera Uniderp. Especialista em Gestão Educacional Integrada Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd. Professora Universitária do Centro de Ensino Superior de Vitória. Advogada.

10.6 “ A proteção integral e prioritária à criança como dever como dever fundamental dos pais: Uma análise a partir da relação entre pais fumantes e seus filhos”

HELENO FLORINDO DA SILVA

Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória. Bolsista da FAPES - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo. Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória. Pós-Graduado em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Newton Paiva. Membro Diretor da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH). Professor e Advogado.

SUELEN FLORINDO GONÇALVES

Acadêmica do 10º Período de Medicina da Universidade Vila Velha/ES

DAURY CÉSAR FABRIZ

Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stritu Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais (Mestrado) da Faculdade de Direito de Vitória. Coordenador do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais. Presidente da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH). Professor e Advogado

10.7 “Direito de visitas e de convivência com o nascituro durante a gravidez”

MIGUEL BORGHEZAN

Mestre em direitos fundamentais e relações sociais. Professor universitário. Advogado.

JOSÉ RICARDO GELLER

Mestre em direitos fundamentais e relações sociais. Professor universitário. Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Santarém. Advogado.

TÂNIA MARA SAKAMOTO BORGHEZAN

Mestre em direitos fundamentais e relações sociais. Professora universitária. Advogada e Dentista.

TEREZINHA DO SOCORRO BARREIROS LEÃO

Médica pediatra com título de Especialista em Pediatria pela AMB/ SBP. Professora Coordenadora da Residência de Pediatria do Curso de Medicina da UEPA - Campus de Santarém, Pará.

10.8 “ A interdição - sua humanização e ressignificação no NCPC “

SABRINA DOURADO

Especialista em Direito Processual Civil. Mestre em Direito Público pela UFBA. Doutoranda em Direito pela UBA. Professora de Direito Processual Civil do CERS, EMAB, EMATRA e Escola Paulista de Direito. Advogada e consultora Jurídica. Membro do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo), do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), associada da ANNEP (Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo). Autora de várias obras Jurídicas.

DECISÃO COMENTADA

10.9 “ Reflexões sobre a posição jurídica dos animais de estimação perante o Direito das Famílias: TJRJ”

ADISSON LEAL VICTOR MACEDO DOS SANTOS

10.9.1 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

”Da residência exclusiva à alternada, um percurso jurisprudencial em Portugal”

JOAQUIM MANUEL DA SILVA

Licenciado em Direito e em Filosofia. Juiz de Direito colocado desde 2005 na área especializada de Família e Menores, atualmente em Sintra, Lisboa, Portugal.

11) EDIÇÃO 10 JULHO/AGOSTO DE 2015- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

11.1 “A tomada de decisão apoiada- Primeiras linhas sobre um novo modelo jurídico promocional das pessoas com deficiência”

NELSON ROSENVALD

Procurador de Justiça do Ministério Público/MG. Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Tre. Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC/SP.

11.2 “ As Ações de Família no Novo Código de Processo Civil” MARIA BERENICE DIAS

Advogada. Vice-presidente Nacional do IBDFAM

11.3 “ Apontamento médicos e jurídicos sobre internação judicial de uma pessoa natural à luz do ordenamento jurídico vigente e do novo código de Processo Civil e Lei 13.146/15 “

MÁRIO PUTINATI JÚNIOR

Médico Psiquiatra/Perito Judicial – Marília – SP. Graduado em Medicina e Residente em Psiquiatria pela Faculdade de Medicina de Marília. Pós-Graduado em Perícias Médicas pela Universidade Gama Filho – RJ.

JOSÉ RENATO RODRIGUES

Juiz Federal Substituto – Marília – SP. Graduado e Mestre em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE.

11.4 “O novo CPC implicou em alguma alteração na situação da separação judicial perante o sistema jurídico brasileiro?”

MAURÍCIO FOSSEN

Juiz de Vara de Família em São Paulo. Mestrando em Direito Civil pela PUC/SP.

11.5 “Capela & Casa-Grande: Um olhar sobre a influência da igreja católica no Direito de Família”

RICARDO ALVES DE LIMA

Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Especialista em Direito Civil pela UNIDERP. Professor Adjunto da Faculdade de Direito do Sul de Minas e das Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema. Membro do IBDFAM.

11.6 “Sobre a prisão civil do devedor de alimentos no novo CPC”

LUIZ DELLORE

Mestre e Doutor em Direito Processual pela USP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor de Direito Processual do Mackenzie, EPD, IEDI e IOB/Marcato. Ex- assessor de Ministro do STJ. Membro da Comissão de Direito Processual Civil da OAB/SP, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), do IPDP (Instituto Panamericano de Derecho Procesal). Diretor do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Advogado.

RAFAEL CALMOM RANGEL

Mestre em Direito Processual Civil (UFES). Membro do IPPC (Instituto Português de Processo Civil) e do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões). Juiz de Direito (ES).

11.7 “Respeitável público: o Direito de Família” LUCIANA PESSOA NUNES SANTOS

Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (UCAM-RJ). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santo Agostinho (FSA). Especialista em Comunicação Institucional pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora da Faculdade Santo Agostinho. Advogada.

11.8 “DECISÃO COMENTADA: TJMG-Alimentos compensatórios”

ROLF MADALENO

Advogado com exclusividade na área do Direito de Família e Sucessões. Atualmente, leciona Direito de Família e Sucessões na Graduação e Pós-Graduação na PUC/RS. Também foi Professor concursado na UNISINOS, de Direito de Família e Direito das Sucessões. Sendo professor visitante na Pós-Graduação das Faculdades de Direito da ULBRA, UNIRITTER e UNISC, todas no RS, da UNÍCENP de Curitiba, no Paraná, do Jus Podyum da Bahia e da UNIT, Universidade Tiradentes de Aracaju, no Sergipe. É professor convidado na Pós- Graduação em Direito de Família da UNIFOR (Universidade de Fortaleza), no Ceará; da UFBA; das Faculdades Borges de Mendonça, de Florianópolis, SC; da Escola da Magistratura do Estado do Maranhão; da Escola de Direito de Campo Grande/MS; na Pós-Graduação em Direito de Família e Sucessões da Legale Cursos Jurídicos em São Paulo/SP; da Escola Superior de Advocacia de São Paulo; da Escola Paulista de Direito, em São Paulo/SP; na Pós-Graduação da Rede de Ensino LFG de São Paulo; da Escola Paulista da Magistratura; da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e da Escola

Verbo Jurídico de Porto Alegre/RS; Professor convidado na Pós-Graduação da PUC/SP; Professor convidado na Pós- Graduação do INEJE; Professor convidado na Pós-graduação da Faculdade de Direito Damásio de Jesus em São Paulo, Professor convidado da Pós-Graduação da Faculdade Baiana de Direito. É 1º Secretário do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM, foi Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul — IARGS (nos biênios 2004- 06; 2006-08), Conselheiro e Diretor-Tesoureiro da OAB/RS (triênio 95/97) e Juiz Eleitoral Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do RS, na classe dos juristas. É Conselheiro da Seccional da OAB

11.9 “CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA: O poder familiar e o direito de guarda no direito comparado: recepção aplicabilidade do artigo 9 da convenção de Direito da Criança de 1989”

REGIANE CRISTINE PEREIRA

Doutoranda em Direito Internacional de Família e Mestre em Direito Internacional e europeu, Universidade de Genebra/Suíça.

12) EDIÇÃO 11 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2015- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

12.1“ A execução de alimentos no novo Código de Processo Civil” LUIZ FERNANDO VALLADÃO NOGUEIRA

Advogado. Professor de Direito Civil e Processo Civil do Curso de Direito da Faculdade FEAD. Professor da Pós-Graduação de Direito de Família e Sucessões da Faculdade Arnaldo. Coordenador e Professor da Pós-Graduação de Processo Civil da Faculdade Arnaldo. Diretor Adjunto do Departamento de Direito de Família do IAMG. Membro do IBDFAM. Procurador do Município de Belo Horizonte. Autor de diversos livros sobre Direito Processual Civil e sobre Direito de Família.

12.2 “ Superando as restrições testamentárias “pressupostas” no Brasil em razão de deficiências físicas: auditiva, fonadora, visual e motora”

LISIEUX NIDIMAR DIAS BORGES

Advogada. Mestre em Direito Privado pela PUC/MG. Especialista em Direito Civil pelo IEC-PUC/MG. Professora de Direito Civil.

12.3 “ Aspectos práticos da conversão da união estável em casamento”

JÚLIA CLÁUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA

Doutora em Direito pela PUC/SP. Mestre pela FADISP. Pós-graduada em Direito Notarial e Registral pela Universidade Estácio de Sá/RJ. Oficiala de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Capivari – SP.

12.4 “ Guarda exercida pela família extensa: substitutiva e complementar”

ÂNGELA MARIA SILVEIRA

Procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro e Professora da EMERJ, FEMPERJ e do Curso MASTER.

KÁTIA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL

Titular da 2ª Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro. Mestre em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela UNESA. Professora da Pós-Graduação de Infância e Juventude da UERJ e FEMPERJ. Autora de livros e artigos na área do direito infante juvenil.

12.5 “A violência doméstica, a ADI 4.424 e a Súmula n. 542 do STJ: aplicação do princípio da proibição da proteção deficiente na salvaguarda dos direitos fundamentais da mulher”

NATÁLIA SILVA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Mestra e Doutora em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora de Direito e Processo Penal do Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte/MG. Coordenadora do Grupo de Estudos “Ética, Literatura, História e Direito” e pesquisadora do Grupo de Estudos da Pós-Graduação, na mesma Instituição.

12.6 “Da possibilidade de ressarcimento por danos não patrimoniais nas relações de conjugalidade”

JAMILE SARATY MALVEIRA

Advogada especialista em Direito de Família. Mestra em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

12.7 “DECISÃO COMENTADA –STJ-Sucessões”

MÁRIO LUIZ DELGADO

Doutor em Direito Civil (USP). Mestre em Direito das Relações Sociais (PUCSP). Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC). Advogado. Professor nos cursos de Pós Graduação da Escola Paulista de Direito (EPD).

CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

12.8 “ Incidência da teoria dos vasos comunicantes na regulação dos chamados “novos modelos de família” no Brasil: uma perspectiva europeia”

JONATÁN CRUZ ÁNGELES

Advogado pelo Colégio de Advogados de Jaén (Espanha). Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, com especialização em estudos ibero-americanos (Escola Diplomática do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Espanha). Doutorando em Direito Internacional pela Universidade de Jaén (Espanha), em cotutela com a Universidade de Paris X, Ouest-Nanterre (La Défense).

13) EDIÇÃO 12 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2015- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

13.1 “ A sociedade simples e o regime de bens no casamento e na união estável”

ROLF MADALENO

Advogado em Porto Alegre e São Paulo. Professor de Direito de Família e Sucessões na PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Conselheiro Federal pela OAB/RS. Autor do livro Curso de Direito de Família, editora Forense.

13.2 “ Adoção como direito preferencial” MARIA BERENICE DIAS

Advogada especializada em Famílias, Sucessões e Direito Homoafetivo. Vice-Presidenta do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias – IBDFAM.

13.3 “As novas formas de filiação advindas das técnicas de inseminação artificial homóloga post mortem e as suas consequências no Direito de Família e das Sucessões”

JOSÉ ROBERTO MOREIRA FILHO

Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Bioética, Direito e Aplicações pelo IEC PUC Minas. Conselheiro Titular da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Professor de Direito de Família e Sucessões na PUC Minas, Arnaldo Janssen e Pro Labore. Advogado militante.

13.4 “A alienação parental, suas consequências e a busca de soluções à luz das constelações familiares e do direito sistêmico”

ANA CAROLINA CAPES MACHADO

Advogada em São Paulo e Porto Alegre, com atuação no Direito de Família e Direito Sistêmico. Sócia do Escritório Madaleno de Advocacia. Autora do livro Síndrome da alienação parental. Importância da detecção. Aspectos legais e processuais e coautora do livro Responsabilidade civil no direito de família.

13.5 “As práticas colaborativas: uma nova abordagem para novas famílias ”

MÔNICA RIBEIRO DE ANDRADE GAMA

Advogada Colaborativa, graduada pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco – Universidade de São Paulo (USP) e Bacharel em Psicologia na USP (1988). Capacitada em Conciliação e Mediação na Escola Paulista da Magistratura (EPM) em 2011 e pelo Instituto Mediaras em 2013. Sócia-membro do IBDFAM. Capacitada em Práticas Colaborativas e Sócia Instituidora do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas (IBPC) (abril de 2014). Especialista nas áreas de Direito de Família e Direito das Sucessões

SANDRA REGINA GARCIA OLIVIAN BAYER

Advogada Colaborativa, Mediadora e Professora universitária. Graduada e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Sistema Jurídico Romanístico pela Universidade de Roma II – “Tor Vergata”. Pós-graduada em Mediação de Conflitos pela COGEAE da PUC/SP. Possui diversas formações nacionais e internacionais em Mediação. Professora das Disciplinas de Direito Civil e Mediação e Arbitragem na Uninove e nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Sócia-membro do IBDFAM. Coordenadora executiva do Fórum Nacional de Mediação (FONAME) e membro do Grupo de Estudos em Mediação Empresarial do CBAR. Capacitada em Práticas Colaborativas e Sócia Instituidora do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas (IBPC). Sócia do D’Accord – Instituto de Mediação e Gestão de Conflitos e da Bayer, Grosman e Levy

– Sociedade de Advogados. Mediadora voluntária da Liga Solidária.

13.4 “A aplicação da Lei Maria da Penha como forma de proteção às transexuais femininas: uma questão de gênero e dignidade”

CLÁUDIA AOUN TANNURI

Defensora Pública do Estado de São Paulo

DANIEL JACOMELLI HUDLER

Advogado

DECISÃO COMENTADA

13.5 “Decisão Comentada – TJMA – Famílias paralelas”

MARCOS ALVES DA SILVA

Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Civil no Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA e integrante do quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado). Professor na Escola da Magistratura do Paraná (EMAP). Professor na Fundação Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR). Professor na Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCONST). Integrante da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Vice-Presidente da Comissão de Ensino Jurídico de Família do IBDFAM. Advogado em Curitiba – PR.

CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

13.6 “ A prestação de alimentos a cargo dos pais a favor dos filhos maiores e/ou emancipados”

MARIA PERQUILHAS

Juíza de Direito. Docente no Centro de Estudos Judiciários. Docente no Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra e no ISCSP da Universidade de Lisboa. Pós-graduada em Proteção de Menores; Pós graduada em Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

14) EDIÇÃO 13 janeiro/FEVEREIRO DE 2016- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

14.1 “ O Direito de Família e o novo Código de Processo Civil Brasileiro”

THEREZA ALVIM

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Advogada e Parecerista.

14.2 “ Divórcio e os modelos de separação entre o Código Civil e o Código de Processo Civil de 2015”

PAULO LÔBO

Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Emérito da UFAL. Diretor Nacional do IBDFAM. Ex-Conselheiro do CNJ.

14.3 “ A desconsideração inversa da personalidade jurídica no Direito de Família e no novo CPC “

ROLF MADALENO

Advogado de Direito de Família e Sucessões em Porto Alegre e São Paulo. Professor de Direito de Família e Sucessões na Graduação e Pós Graduação da PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS.

14.4 “ A cobrança dos alimentos no novo CPC”

MARIA BERENICE DIAS

Advogada especializada em Direito das Famílias e Sucessões. Pós Graduada e Mestra em Processo Civil. Ex-Desembargadora do Tribunal de Justiça – RS. Vice-Presidenta Nacional do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família.

14.5 “ As inovações do Código de Processo Civil de 2015 no Direito das Sucessões”

ANA LUIZA MAIA NEVARES

Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio e dos Cursos de Pós-Graduação da UERJ. Advogada.

14.6 “ Encaminhamento consensual adequado das ações de família no regime do novo Código de Processo Civil”

FERNANDA TARTUCE

Doutora e Mestra em Direito Processual pela USP. Professora dos cursos de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Professora e Coordenadora de Processo Civil da Escola Paulista de Direito (EPD). Advogada orientadora do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto. Membro do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), do IDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual) e do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo). Presidente do Conselho do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Mediadora e autora de obras jurídicas.

14.7 “ A técnica da ponderação e suas aplicações ao Direito de Família e das Sucessões”

FLÁVIO TARTUCE

Doutor em Direito Civil pela USP. Professor do programa de Mestrado e Doutorado da FADISP – Faculdade Especializada em Direito. Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu em Direito Privado da EPD – Escola Paulista de Direito, sendo coordenador destes últimos. Professor da Rede LFG. Diretor nacional e estadual do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. Advogado e consultor jurídico em São Paulo.

14.8 “ As medidas de urgência no novo Código de Processo Civil”

NEWTON TEIXEIRA CARVALHO

Especializado em Direito de Empresa pela Fundação Dom Cabral. Mestre em Direito Processual Civil. Doutorando pela PUC/ RJ. Desembargador da 13ª Câmara Cível do TJMG. Professor de Direito das Famílias da Escola Superior Dom Helder Câmara. Membro do IBDFAM.

14.9 “ As cautelares e a antecipação da tutela no Direito de Família: notas comparativas entre o Código Buzaid e o novo Código de Processo Civil sob as lentes do Direito de Família”

MARCELO LUIZ FRANCISCO DE MACEDO BURGER

Mestrando em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBET. Presidente da Comissão de Relações Acadêmicas do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Advogado.

14.9.1 “ O Direito das Famílias e sua nova identidade processual: avanços e retrocessos do novo Código de Processo Civil”

ANDRÉ FRANCO RIBEIRO DANTAS

Graduado em Direito e Pós-Graduado (especialista) em Direito Civil pela Universidade Potiguar (UnP). Advogado. Professor Universitário da Faculdade Estácio de Natal (Unidades Romualdo e Alexandrino). Ex Professor Substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do IBDFAM. Integrante da Diretoria do IBDFAM/RN.

15) EDIÇÃO 14 MARÇO/ABRIL DE 2016- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

15.1 “Dilemas do afeto”

GUSTAVO TEPEDINO

Professor Titular e ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

15.2 “ Analisando as relações entre a família extensa e os adolescentes em conflito com a lei no contexto de uma unidade de internação provisória”

KÁTIA REGINA FERREIRA LOBO DE ANDRADE MACIEL

Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Titular da 2ª Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude. Mestra em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela UNESA. Professora da Pós-Graduação de Direito Especial da Criança e do Adolescente da UERJ. Professora da Pós-Graduação de Direito da Infância e da Juventude da Fundação Escola do Ministério Público (FEMPERJ). Professora da Pós Graduação de Direito das Famílias e Sucessões da PUC-RJ. Vice-Presidente da Comissão da Infância e Juventude do IBDFAM.

VANSESSA ANJO DOS SANTOS

Psicóloga. Pós-Graduada em Direito Especial da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Direito (UERJ) e em Psicologia Jurídica (UERJ). Atuou profissionalmente no sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro (Novo Degase). Psicóloga no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

15.3 “ A ideologia por detrás da mediação”

ÁGUIA ARRUDA BARBOSA

Doutora e Mestre pela USP. Advogada especialista em Direito de Família. Mediadora familiar. Professora de Direito Civil e Mediação. Membro da Comissão de Direito de Família do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Membro do Conselho Científico da Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões (LEX/IASP). Ex-Presidente da Comissão de Mediação do IBDFAM – 2001 a 2012. Antigo membro da Fédération Internationale des Femmes des Carrières Juridiques (FIFCJ).

15.4 “ A construção horizontal das relações familiares: um novo paradigma jurídico ” LUCIANA FAISCA NAHAS

Doutora em Direito Civil pela PUC/SP. Mestre e graduada em Direito pela UFSC. Advogada atuante em Família e Sucessões. Integrante da Comissão de Direito de Família da OAB/SC e do IBDFAM/SC. Membro efetivo do Instituto dos Advogados de Santa Catarina (IASC). Professora da Escola Superior da Advocacia OAB/SC, e da Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina. Professora de graduação na área de Família e Sucessões. Coordenadora da Especialização em Direito de Família e Sucessões em Florianópolis.

15.5 “ Uma proposta de revisão da interdição e da curatela: implicações da Lei n. 13.146/2015 e o modelo PAI-PJ”

IARA ANTUNES DE SOUZA

Doutora e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Especialista em Direito Processual e Direito Civil. Pesquisadora do Centro de Estudos em Biodireito (CEBID). Professora Adjunta I do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Advogada do NAJOP/UFOP. Vice Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP – CEP/UFOP. Membro da diretoria do IBDFAM-MG.

15.6 “ Testamento cerrado: readaptado, refletido e redemocratizado na era digital LISIEUX NIDIMAR DIAS BORGES

Advogada. Mestre em Direito Privado pela PUC/MG. Especialista em Direito Civil pelo IEC- PUC/MG. Professora de Direito Civil.

15.7 “ A efetivação da desjudicialização por meio da mediação extrajudicial e da confiança notarial em prol da pacificação social”

LUCIANO CARDOSO SILVEIRA

Ex-advogado (OAB/RS 44.317). Ex-assessor Desembargador (TJ/RS – 8ª CC). Notário (3º Tabelião de Notas do RG/RS).

DECISÃO COMENTADA

15.8 “Decisão comentada — Partilha de cotas sociais”

ROLF MADALENO

Mestre em Direito e graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978), Advogado especialista em Direito de Família e Sucessões, Professor de Direito de Família e Sucessões da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul, Diretor Nacional do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), Ex-Vice-Presidente do IARGS (Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul), Ex-Juiz Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE), Ex-Tesoureiro da OAB/RS, Conselheiro Secional da OAB/RS, triênio 2007-2009.

CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

15.9 “ Embriões excedentários no Brasil e no direito comparado”

HUGO CARMAGOS LIMA

Advogado na Camargos Lima Advocacia. Assessor Jurídico e Colunista do jornal Extracurricular.

16) EDIÇÃO 15 MAIO/JUNHO DE 2016- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

16.1 “ O confronto da filiação socioafetiva e o pretense direito sucessório sobre a filiação biológica”

ROLF MADALNEO

Advogado em Porto Alegre e São Paulo. Professor de Direito de Família e Sucessões na PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Autor do Curso de Direito de Família da editora Forense. Mestre em Direito pela PUC/RS.

16.2 “ O estatuto da pessoa com deficiência e sua repercussão no direito de família “

LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Membro da Academia Maranhense de Letras, da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras. Autor de várias obras jurídicas.

16.3“ Casamento igualitário: mudança de paradigma e efetivação do direito fundamental à família”

PALOMA BRAGA ARAÚJO DE SOUZA

Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2002). Especialista em Direito do Estado pelo JusPodivm / Unyahna (2007). Mestranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2014). Professora da Faculdade Apoio/Unifass. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Conselheira seccional e membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia.

16.4 “ Afeto como valor jurídico que pode gerar responsabilidade civil” **WLADEMIR PAES DE LIRA**

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Doutorando pela Universidade de Coimbra. Professor na Universidade Federal de Alagoas e na Escola Superior da Magistratura de Alagoas. Vice-Presidente do IBDFAM Alagoas e Juiz de Direito.

16.5 “Responsabilidade civil pelo fim da conjugalidade” MARCELLO TRUZZI OTERO

Mestre e Doutor pela PUC-SP. Diretor do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Advogado. Professor da Escola Paulista de Direito – EPD, das Faculdades Integradas Padre Albino – FIPA e da AtameCândido Mendes. Autor.

DECISÃO COMENTADA

16.6 “Maternidade socioafetiva: possibilidade jurídica reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça”

RICARDO LUCAS CALDERÓN

Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-graduado em Teoria Geral do Direito e em Direito Processual Civil. Professor dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas – FGV/ ISAE e da Universidade Positivo. Coordenador da especialização em Direito das Famílias e Sucessões da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst. Membro da Diretoria Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Pesquisador do grupo de estudos e pesquisas de Direito Civil “Virada de Copérnico”, vinculado ao PPGD-UFPR. Membro da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Advogado em Curitiba, sócio do escritório Calderón Advogados. Autor do livro *Princípio da Afetividade no Direito de Família* (Rio de Janeiro: Renovar, 2013) e de diversos artigos jurídicos.

CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

16.7 “ Obrigação alimentar e conflito de fontes internacionais” RACHEL DE OLIVEIRA LOPES

Mestra em Direito Internacional. Membro do Grupo de Pesquisa Governança Global e

Regimes Internacionais da Universidade Católica de Santos.

JOSÉ AUGUSTO FONTOURA COSTA

Doutor em Direito Internacional. Professor Associado da Universidade de São Paulo (USP).

17) EDIÇÃO 16 JULHO/AGOSTO DE 2016- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

17.1 “Além da Convenção de Nova Iorque; Além do Estatuto da Pessoa com Deficiência: reflexos a partir de uma compreensão crítica dos direitos humanos”

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

Advogada. Professora na graduação, mestrado e doutorado em Direito da Universidade Federal do Paraná. Vice Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Professora de Direito Civil, de Direitos Humanos e de Novos Direitos. Professora Colaboradora do Mestrado profissional em Direito da UNIFOR. Diretora da Região Sul do IBDFAM. Vice-Presidente do IBDCivil.

LÍGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA.

Advogada. Professora de Direito Civil da graduação em Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil. Visitou, como pesquisadora, o Instituto Max-Planck de Direito

Comparado e Direito Internacional Privado em Hamburgo, na Alemanha. Atua no Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional e no Núcleo de Pesquisa Direitos Humanos e Vulnerabilidades, junto à Universidade Federal do Paraná; bem como na Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero e na Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero, junto à OAB-Paraná.

17.2 “O fim da legítima”

ROLF MADALENO

Advogado de Direito de Família e Direito das Sucessões em Porto Alegre e São Paulo. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Professor de Direito de Família e Direito das Sucessões na Graduação e Pós-Graduação da PUC/RS. Autor do livro Curso de Direito de Família (6. ed. Editora Forense). Conselheiro da OAB/RS.

17.3 “Cônjuges do hereditando, separado de fato por ocasião do falecimento, recolhe direito sucessório legal deste último?”.

LUIZ PAULO VIEIRA DE CARVALHO

Consultor Jurídico e Advogado. Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB. Professor palestrante e Coordenador dos Cursos de Extensão de Direito de Família e Direito das Sucessões da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Mestrado e Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, Portugal. Diretor do IBDFAM/RJ.

17.4 “A estabilização da tutela antecipada antecedente nas ações de família”

RAFAEL CALMON RANGEL

Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

17.5 “O Projeto de Lei do Senado Federal n. 757/2015 que altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Código Civil e o Código de Processo Civil “

FLÁVIO TARTUCE

Doutor em Direito Civil e Graduado pela Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito Civil Comparado e Especialista em Direito Contratual pela PUCSP. Professor Titular permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenador e professor dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito Civil, Direito Contratual e Direito de Família e das Sucessões da Escola Paulista de Direito (EPD, São Paulo). Autor, entre outras obras, da coleção Direito Civil, em seis volumes, pela Editora GEN/Forense. Vice-presidente do IBDFAMSP e Diretor Nacional do IBDFAM. Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

17.5.1 “O risco do retrocesso: uma análise sobre a Proposta de Harmonização dos Dispositivos do Código Civil, do CPC, do EPD e da CDPD a partir da alteração da Lei n. 13.146/2015”

JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professora titular da Universidade de Fortaleza. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Direito (Mestrado/Doutorado) da Universidade de Fortaleza, na Disciplina de Direitos de Personalidade. Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará. Editora da Pensar – Revista de Ciência Jurídica da Universidade de Fortaleza.

17.6 Decisão comentada

17.7 Decisão comentada – STJ – Guarda Compartilhada

17.8 Comentário da Decisão por Melissa Telles Barufi e Kamila Lohmann

“ Decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça entendeu que a guarda compartilhada que está sujeita a fatores geográficos apresenta obscuridade e contradição”

MELISSA TELLES BARUFI

Advogada. Especializanda em Direito Civil com ênfase em Família e Sucessões. Presidente da Comissão da Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidente do Instituto Proteger. Diretora da CAARS.

KAMILA LOHMANN

Advogada. Especialista em Direito Civil com ênfase em Família e Sucessões. Pós-Graduada em Direito Processual Civil. Coordenadora Adjunta da Comissão da Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM/RS. Diretora do Instituto Proteger.

18) EDIÇÃO 17 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2016 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

18.1 “Das disposições testamentárias”

ZENO VELOSO

Professor de Direito Civil e de Direito Constitucional Aplicado. “Notório Saber” reconhecido pela Universidade Federal do Pará. Doutor *Honoris Causa* da Universidade da Amazônia. Escritor. Diretor do IBDFAM. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

18.2 “A cobrança conjunta de alimentos pretéritos e atuais sob a égide do vigente Código de Processo Civil

– Uma análise a partir da necessária uniformização de recentes decisões judiciais, especialmente no que respeita à efetividade desses comandos envolvendo credores e devedores economicamente hipossuficientes”

FLAVIANA ROPKE DA SILVA

Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Advogada do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito de Vitória – FDV.

18.3 “Teoria tridimensional do direito de família e o direito de herança”.

BELMIRO PEDRO MARX WELTER

Doutor e Mestre em Direito de Família pela UNISINOS. Promotor de Justiça no RS. Autor de diversas obras e ensaios jurídicos em Direito de Família, Processual Civil e Penal. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (inscrição n. 51). Autor da *Teoria Tridimensional do Direito de Família*.

18.4 “Ingresso de familiares em sociedades empresárias: sucessão e partilha de bens em divórcio”.

BRUNO YUDI SOARES KOGA

Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-Graduado em Fusões e Aquisições pela Escola de Direito de São Paulo – FGV. Pós-Graduando em Especialização em Direito Empresarial pela Escola de Direito de São Paulo – FGV.

18.5 “A perspectiva de infantes e adolescentes acolhidos retornarem ao lar via propositura da ação rescisória nos casos de destituição do poder familiar”

CARLOS CRISTIANO MENEGUINI DE OLIVEIRA

Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Direito Civil, Processual e do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC –PR).

18.6 “Divisão patrimonial nas famílias simultâneas e uniões estáveis poliafetivas”

CAROLINA DE CASTRO IANNOTTI

Advogada. Mestra em Direito pela PUC-Minas. Professora de Direito de Família e Direito das Sucessões da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro da Comissão de Direito de Família da OAB/MG. Membro da Diretoria do IBDFAM/MG.

RONALY CAJUEIRO DE MELO DA MATTA

Advogada. Psicóloga. Mestra em Direito Provas pela PUC-Minas. Professora de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

18.7 “(Multi)parentalidade e subjetivação”

PLINIO MONTAGNA

Psicanalista didata, docente e ex Presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Ex Presidente da Federação Brasileira de Psicanálise. Mestre em psiquiatria e ex- Docente da faculdade de medicina da Universidade de São Paulo. Pós-Graduado em Psiquiatria pela University of London. Member and Chair of Psychoanalysis and Law Committee of the international Psychoanalytical Association. Perito psiquiátrico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

18.9 PARECER - Sobre as inovações do novo Código de Processo Civil e seus reflexos para a mulher

CLAUDIA AOUN TANNURI

Defensora Pública. Vice-Presidente da Comissão dos Defensores públicos da família do IBDFAM.

18.10 DECISÃO COMENTADA -

1 Tribunal de Justiça do Paraná – Pensão por morte e rateio previdenciário

2 A intervenção do estado nas relações conjugais e a tutela das famílias simultâneas – Comentário por Renata Vilela Multedo e Isabella Olivieri

RENATA VILELA MULTEDO

Advogada. Doutora e Mestra em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora de Direito Civil do grupo IBMEC. Professora da Pós-graduação lato sensu de Direito Privado Patrimonial e das Famílias e Sucessões da PUC-Rio. Professora dos cursos de Pós-Graduação lato sensu da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da EMERJ. Membro do Conselho Executivo da

civilista.com - Revista eletrônica de Direito Civil. Membro efetivo do IAB. Membro do IBDFAM e do IBDCivil.

18.11 CONTRIBUIÇÃO EXTRANGEIRA- “Apadrinhamento e a (im)possibilidade de conversão em adoção: uma análise paralela dos institutos no Brasil e em Portugal”

EDENILZA GOBBO

Advogada. Mestra. Professora de Direito de Família, Sucessões e de Direito da Criança e do Adolescente na Universidade do Oeste de Santa Catarina.

LARISSA THIELLE ARCARO

Pós-graduanda. Ex aluna do Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Universidade do Minho (Braga, Portugal) e Assistente de Promotoria de Justiça no Ministério Público de Santa Catarina.

19) EDIÇÃO 18 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2016 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

19.1 “Perspectivas para o planejamento sucessório”

ANA LUIZA MAIA NEVARES

Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil na PUC-Rio. Membro do IBDFAM e do IAB. Advogada.

19.2 “Notas sobre os artigos 528 a 532 do CPC “

RAFAEL CALMON RANGEL

Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

19.3 “Estatísticas do Cadastro Nacional de Adoção no Brasil: uma análise crítica “

JUVENCIO ALMEIDA

Advogado e Consultor jurídico. Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba.

19.4 “Os influxos da evolução do Direito das Famílias no instituto do nome civil das pessoas naturais “

NADINNE SALES CALLOU ESMERALDO PAES

Mestra em Ciências Jurídico-Políticas (Universidade do Porto, Portugal). Especialista em Ciências Jurídicas (Universidade do Porto, Portugal), em Direito e em Processo Tributário (Faculdade Leão Sampaio) e em Direito do Trabalho (Universidade Gama Filho). Docente das Disciplinas de Direito de Família e Direito da Infância e da Juventude na Faculdade Paraíso (FAP-CE). Defensora Pública de Entrância Final no Estado do Ceará, titular da 1ª Defensoria Pública da Petição Inicial de Juazeiro do Norte-CE.

19.5 “Mediação familiar – um caminho promissor para o Judiciário e Famílias”

SANDRA INÊS FEITOR

Doutoranda em Direito. Mestre em Direito. Advogada. Formadora Certificada pelo IEFP

19.6 “O Estatuto do Idoso e o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a função notarial”

ROGÉRIO MARQUES SEQUEIRA COSTA

Notário e Registrador. Advogado. Escrivão Judicial do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte.

19.7 “Redescoberta da personalidade e testamento”

CRISTIANO PRETTO

Advogado. Mestre em Direito pela UFRGS.

19.8 “O pacto pós-nupcial: na alteração de regime de bens após autorização judicial e na retificação de registro civil”

LETICIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991). Pós-graduada e Mestra em Direito Público. Ex- Procuradora do Município de Belo Horizonte e Ex Procuradora da Fazenda Nacional. Oficiala do Cartório de Registro Civil e Notas do Distrito do Barreiro, em Belo Horizonte, MG. Autora de diversos artigos na área de Direito Tributário, Direito Administrativo, Direito Civil e Direito Notarial e do livro “Função Notarial e de Registro”.

BERNARDO FREITAS GRACIANO

Sócio do escritório Moisés Freire Advocacia. Atuação e especialização na área de Direito Notarial e Registral em âmbito nacional. Ex tabelião Substituto do Cartório do 9 Ofício de Notas de Belo Horizonte/MG. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

19.9 “A proteção da propriedade na penhora do bem de família para o pagamento de pensão alimentícia”

MELISSA OURIVES VEIGA

Advogada especializada em Direito das Famílias, Adoção e Sucessões. Professora de Direito Civil do Complexo de Ensino Renato Saraiva CERS. Mestranda em Direito Privado pela faculdade Sete de Setembro – FA7. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM.

19.10 DECISÃO COMENTADA

1 Tribunal de Justiça de São Paulo - Aplicação do art. 139, Iv, do novo cpc em execução de alimentos

- suspensão do direito de dirigir

FABIANE CRISTINA DE ALMEIDA

Graduada em Direito pela PUC Minas. Pós-graduada em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Advogada especializada em Direito de Família e Sucessões, com artigos publicados nessa área. Professora da Escola Superior de Advocacia. Cursa disciplina isolada em Direito Processual do Mestrado da PUC- Minas.

MARIA GORETH MACEDO VALADARES

Doutora e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Escreveu sua dissertação de mestrado sobre Famílias **Reconstituídas** e sua tese de doutorado sobre Multiparentalidade. É também especialista em Direito Civil pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Formou-se em Direito pela Faculdade Milton Campos em julho de 2003. É professora da PUC Minas desde 02/2006 e do IBMEC desde 08/2015. Em 2005 ganhou o prêmio Caio Mário, por seu artigo ter sido escolhido entre os dez melhores, tendo sido publicado em um livro da Editora Forense. Em dezembro de 2015 foi a professora mais bem avaliada do IBMEC. Tem artigos publicados sobre temas relacionados à área de atuação.

19.11 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

1 O instituto da colação e a igualação do cônjuge: diferentes aspectos entre o direito português e brasileiro

PRISCILA MARTINS DELFIM

Mestra em Ciência Jurídicas - Civil/Sucessões - pela Universidade de Lisboa. Advogada.

20) EDIÇÃO 19 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2017 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

20.1 Multiparentalidade e herança: alguns apontamentos

LUIZ PAULO VIEIRA DE CARVALHO

Consultor jurídico. Advogado, conferencista e parecerista. Professor Emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB. Diretor do IBDFAM-RJ.

LUIZ CLÁUDIO GUIMARÃES COELHO

Advogado e Presidente do IBDFAM-RJ.

20.2 A constitucionalização do direito processual civil – a busca pela solução pacífica das controvérsias no direito das famílias e os deveres fundamentais

HELENO FLORINDO DA SILVA

Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Direitos Fundamentais, do Programa de Pós-Graduação Stritu Sensu da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Membro da Diretoria Executiva da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH). Mestre e Doutorando em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Pós-Graduado em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva. Coordenador-Geral e Professor do Curso de Direito da Faculdade Multivix (Cariacica/ES). Professor do Centro de Evolução Profissional (CEP).

DAURY CESAR FABRIZ

Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stritu Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais (Mestrado) da Faculdade de Direito de Vitória. Coordenador do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais. Presidente da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH). Professor e Advogado.

20.3 A inconstitucionalidade da vocação hereditária do companheiro: o verdadeiro calvário até a sua declaração pelo Supremo Tribunal Federal

ELDER GOMES DUTRA

Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito Público e Direito Notarial e Registral pela Anhanguera/LFG. Tabelião de Notas em Campo Grande/MS.

20.4 Adoção intuitu personae: a viabilidade do deferimento em favor de quem detém a guarda de fato da criança, diante da filiação socioafetiva constituída

CHRISTINE SIVIERO DE SOUZA

Advogada. Graduada em Direito pela PUCRS. Pós-graduanda em Direito Processual Civil pela UFRGS.

20.5 O reconhecimento extrajudicial da socioafetividade na escritura pública de inventário e partilha: contexto e possibilidades

CINTIA MARIA SCHEID

Doutoranda em Direito – Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Mestre em Direito – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Especialista em: Direito Registral Imobiliário – UNIASSELVI; Direito Notarial e Registral – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Direito do Estado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). MBA – Escuela Superior de Administración y Dirección de Empresas (ESADE) Barcelona, Espanha. Titular do 1º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 5º Tabelionato de Notas de Maringá, Paraná.

20.6 A autonomia do menor no tratamento médico e os limites do exercício da autoridade parental

THAIS CÂMARA FERNANDES COELHO

Advogada. Sócia do escritório Câmara & Valadares Advocacia e Consultoria em Família e Sucessões. Professora Universitária (UNI BH e Faculdade Promove). Mestre em Direito pela PUC-MG. Membro da Comis-são de Direito de Família da OAB-MG. Membro da Comissão de Direito das Sucessões da OAB-MG. Membro da Comissão do Advogado Professor da OAB-MG. Membro da Diretoria do IBDFAM-MG.

JÉSSICA CRISTINE ANDRADE

Advogada

20.7 DECISÃO COMENTADA

1 Análise da multiparentalidade num caso concreto por meio de Sentença

WLADEMIR PAES DE LIRA

Mestre em Direito. Doutorando em Direito pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade Federal de Alagoas e da Escola Superior da Magistratura de Alagoas. Juiz de Direito Titular da 26ª Vara Cível/Família da Comarca de Maceió e Vice-Presidente do IBDFAM de Alagoas.

20.8 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

1 Os critérios de imputação e sua relevância em relação às liberalidades na sucessão legítima: uma visão luso-brasileira

PRICILA MARTINS DELFIM

Mestra em Ciências Jurídicas – Civil/Sucessões pela Universidade de Lisboa. Formada pela Faculdade de Direito Milton Campos. Advogada.

21) EDIÇÃO 20 MARÇO/ABRIL DE 2017 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

2.1 Separação obrigatória de bens – controvérsias – doação entre cônjuges

ZENO VELOSO

Professor de Direito Civil e de Direito Constitucional Aplicado. “Notório Saber” reconhecido pela Universidade Federal do Pará. Doutor *Honoris Causa* da Universidade da Amazônia. Escritor. Diretor do IBDFAM. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

21.2 Novas reflexões sobre a tomada de decisão apoiada: como conciliar autonomia, cuidado e confiança

NELSON ROSENVALD

Procurador de Justiça do Ministério Público/MG. Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Tre. *Visiting Professor* na Oxford University. Professor Investigador na Faculdade de Direito de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC/SP. Membro da *Society of Legal Scholars* (UK). Membro do comitê científico da Revista *Actualidad Jurídica Iberoamericana* (Espanha).

21.3 Cada criança uma família: um desafio para todos

KATIA REGINA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL

Titular da 2ª Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Mestra em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela UNESA. Professora do Curso de Pós-Graduação de Direito da Infância e Juventude do Instituto de Educação e Pesquisa do Ministério Público do Rio de Janeiro. Professora do Curso de Pós-Graduação de Direito das Famílias e das Sucessões da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Vice-presidente da Comissão da Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Direito de Família no biênio 2016-2017.

21.4 A importância da análise da transferência-contratransferência na atuação do psicanalista como perito psicólogo em Vara de Família

ADRIANA TIE MAEJIMA E SIDNEY KIYOSHI SHINE

Mestra em Epistemologia e Práxis da Psicologia (Psicanálise e Teoria Crítica da Sociedade)- Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Perita Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

SIDNEY KIYOSHI SHINE

Prof. Pós-Doutor (USP). Child Psychologist Specialist - Tavistock Clinic, Londres. Perito Psicólogo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

21.5 Prisão civil de devedor de alimentos indenizatórios e o princípio da proporcionalidade

MARGOT CRISTINA AGOSTINI

Juíza de Direito em Marau/ RS e Mestranda em Direito pela IMED – Faculdade Meridional.

21. 6 “Depoimento especial” de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: a experiência do Estado de Mato Grosso do Sul

MARIA ISABEL DE MATOS ROCHA

Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

21.7 DECISÃO COMENTADA

1 Casamento avuncular e casamento *in extremis* – o julgamento do Recurso Especial n. 1.330.023: um exemplo de ativismo judicial?

CRISTIAN FETTER MOLD

Advogado. Professor de Graduação e Pós-Graduação em Direito de Família e Sucessões na Escola de Direito de Brasília. Professor na Escola Superior da Advocacia (ESA – OAB/DF). Pós-Graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Cândido Mendes. Mestrando em Direito Constitucional da Escola de Direito de Brasília. Membro da Diretoria do IBDFAM-DF.

22) EDIÇÃO 21 MAIO/JUNHO DE 2017 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

22.1 A pena civil parental

NELSON ROSENVALD

Procurador de Justiça do Ministério Público/MG. Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Tre. *Visiting Professor* na Oxford University. Professor Investigador na Faculdade de Direito de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC/SP. Membro da *Society of Legal Scholars* (UK). Membro do comitê científico da Revista *Actualidad Juridica Iberoamericana* (Espanha).

22.2 Famílias brasileiras reconstituídas e a multiparentalidade: adequação do direito à realidade socioafetiva

SAULO VERSIANI PENNA

Desembargador 3º Vice Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – biênio 2016/2018. Especialista, Mestre e Doutor em Direito. Professor da PUC – Minas

DEBORAH NAYARA DOS REIS ARAUJO

Bacharela em Direito pelo Centro Universitário UNA. Pós-Graduada pelo Centro Universitário UNA. Advogada.

22.3 Alienação parental: sete anos de lei

ANGELA GIMENEZ

Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada das Famílias e Sucessões de Cuiabá/MT. Presidente do IBDFAM/MT. Professora Universitária.

22.4 Aplicação equivocada da guarda compartilhada como guarda alternada: a percepção de crianças e adolescentes quanto à subtração de suas autonomias nas decisões judiciais

ARTENIRA DA SILVA E SILVA

Pós-Doutora em Psicologia e Educação pela Universidade do Porto. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente e pesquisadora do Departamento de Saúde Pública e do Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora de linha de pesquisa do Observatório Ibero Americano de Saúde e Cidadania. Coordenadora do Observatório de Segurança Pública (PPGDIR/UFMA/CECGP). Psicóloga Clínica e Forens.

GABRIELLA SOUSA DA SILVA BARBOSA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

22.5 “Pai é quem cria!” Filiação socioafetiva e seus reflexos

ELISANDRA ALVES FERREIRA

Bacharela em Direito pela PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-Graduada em “Direito de Família Contemporâneo e Mediação”, pela Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – FADERGS. Membro da Comissão de Sucessões do IBDFAM/RS.

22.6 O afeto como nexos causal para conversão da guarda em relação socioafetiva

RAFAEL CASELLI PEREIRA

Mestre pela PUCRS. Especialista em Direito Processual Civil e Membro Honorário da Academia Brasileira de Direito Processual Civil – ABDPC. Membro da Associação Brasileira de Direito Processual – ABDPro. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual –IBDP. Membro do Centro de Estudos Avançados de Processo – CEAPRO. Advogado no Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasília. Professor convidado da Escola Superior de Advocacia – ESA.

22.7 DECISÃO COMENTADA

1 A igualdade de direitos sucessórios entre o cônjuge e o companheiro: o julgamento do Recurso Extraordinário n. 878-694-MG

ANA LUIZA MAIA NEVARES

Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil na PUC-Rio. Membro do IBDFAM e do IAB. Advogada.

2 Desconsideração inversa da personalidade jurídica e a legitimidade passiva da sócia para ação de divórcio

RAFAEL CALMON RANGEL

Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

22.8 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

1 A Lei n. 25/2016, de 22 de agosto, e os contratos de gestação de substituição em Portugal

MARIANNA CHAVES

Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Coimbra em cotutela com a Universidade de São Paulo. Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Secretária de Relações Internacionais do IBDFAM. Pesquisadora do THD-Ulissboa. Membro da Sociedade Europeia de Reprodução Humana e Embriologia. Advogada e Consultora Jurídica.

EDUARDO DANTAS

Advogado, inscrito nas Ordens do Brasil e Portugal. Mestre em Medical Law pela University of Glasgow. Doutorando em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. Membro da Comissão de Direito Médico e da Saúde do CFOAB. Autor dos livros Direito Médico e Comentários ao Código de Ética Médica (Editora GZ). Presidente da Associação Brasileira de Direito da Saúde – ABDS. Vice-Presidente da Asociación Latinoamericana de Derecho Médico.

23) EDIÇÃO 22 JULHO/AGOSTO DE 2017 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

23.1 Quais os limites e a extensão da tese de repercussão geral do STF sobre socioafetividade e multiparentalidade?

PAULO LÔBO

Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Emérito da UFAL. Diretor Nacional do IBDFAM Ø União estável poliafetiva: poliamorismo e sua possibilidade de gerar uma entidade familiar no Brasil

JOÃO PEREIRA LIMA FILHO

Pós-Graduando em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade da Amazônia

JAMILLE SARÁTY MALVEIRA

Mestra em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, reconhecida pela Universidade Federal do Pará. Associada ao Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI. Diretora de Relações Públicas do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Região Norte. Membro da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/PA

23.2 Novo Código de Processo Civil e meios de acesso à justiça: mediação e conciliação

ROSELAINÉ DOS SANTOS SARMENTO

Professora de Direito Processual Civil e Teoria Geral do Processo da Universidade Paulista

– UNIP. Professora de Mediação e Direito Civil da Uniesp/Mirassol. Mestra em Direito. Especialista em Direito Processual Civil. Graduada em Direito e Letras. Advogada.

23.3 Advento, leitura e aplicação da tomada de decisão apoiada

TIAGO OLIVEIRA DA SILVA

Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Advogado. Foi bolsista e pesquisador do Núcleo do Consumidor da UFF e atuou na área cível da Defensoria Pública da União, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

23.4 Interfaces necessárias entre profissionais das varas de violência doméstica e de família: a reeducação do agressor como medida protetiva de urgência na proteção da mulher vítima de violência doméstica psicológica

ARTENIRA DA SILVA E SILVA

Pós-Doutora em Psicologia e Educação pela Universidade do Porto. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente e pesquisadora do Departamento de Saúde Pública e do Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora de linha de pesquisa do Observatório Ibero Americano de Saúde e Cidadania. Coordenadora do Observatório de Segurança Pública (PPGDIR/UFMA/CECGP). Psicóloga Clínica e Forense.

GABRIELLA SOUSA DA SILVA BARBOSA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

23.5 Reflexões sobre a sucessão testamentária pós-inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil

FELIPE VIANA DE MELLO

Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra. Professor de Direito Civil na Graduação da Universidade Estadual da Paraíba e do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE. Professor de Pós-Graduação nos Cursos de Direito Civil e Processual Civil da UNIPE, IESP e FESP. Assessor do Tribunal de Justiça da Paraíba

23.6 Famílias trans no Brasil: o paradoxo da evolução de direitos e a epidemia transfóbica

PATRÍCIA SANCHES

Doutora em Ciências Jurídicas. Professora da EMERJ – Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e da Associação Brasileira das Famílias Homotransafetivas (ABRAFH). Membro-fundadora da Comissão de Direito Homoafetivo da Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro/RJ (CDHO-OAB/RJ).

23.7 DECISÃO COMENTADA

1 Multiparentalidade acolhida pelo STF: análise da decisão proferida no RE 898060-SC

RICARDO CALDERÓN

Doutorando e Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Diretor nacional do IBDFAM. Coordenador da especialização em Direito das Famílias e Sucessões da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst. Pós-Graduado em Teoria Geral do Direito e em Direito Processual Civil. Professor dos cursos de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas – FGV/ISAE, Universidade Positivo e Escola Paulista de Direito. Pesquisador do grupo de estudos e pesquisas de Direito Civil “Virada de Copérnico”, vinculado ao PPGD – UFPR. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil. Vice-presidente da Comissão de Direito de Família e Membro da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Advogado.

24) EDIÇÃO 23 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2017 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

24.1 A improbidade conjugal na partilha de bens

ROLF MADALENO

Advogado de Direito de Família e Sucessões e ex-Professor de Direito de Família e Sucessões na PUC/RS. Diretor Nacional e Sócio Fundador do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS. Conselheiro Secional da OAB/RS.

24.2 O cônjuge e o companheiro deveriam figurar como herdeiros Necessários?

MARIO LUIZ DELGADO

Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP. Presidente da Comissão

de Assuntos Legislativos do IBDFAM. Diretor de Assuntos Legislativos do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP

24.3 Tipos e morte - Reflexo no Registro Civil

VIRGINIA ARRAIS

Tabeliã, concursada, titular do 32º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Professora de Direito Notarial e Registral. Ex-Registradora civil no Estado de São Paulo. Ex-Juíza de Direito.

24.4 A priorização da guarda compartilhada tem atendido ao melhor interesse das crianças, dos adolescentes e da família mais democrática?

DIMAS MESSIAS DE CARVALHO

Mestre em Direito Constitucional pela FDSM. Promotor de Justiça aposentado/MG. Professor de Direito de Família e Sucessões na Unifenas e Unilavras. Advogado.

24.5 A necessária proteção da pessoa portadora de autismo e a promoção de sua autonomia perante o Estatuto da Pessoa com Deficiência

ANDRESSA TONETTO FONTANA

Advogada. Especializanda em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP. Membro do IBDFAM/RS

24.6 PARECER

Parecer anteprojeto sucessões

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA

Livre-docente e Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Professora Titular de Direito Civil na Faculdade de Direito da USP. Coordenadora Titular e Professora Titular do Programa de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenadora Geral dos Cursos de Especialização na Escola Paulista de Direito (EPD). Diretora Nacional e Fundadora do IBDFAM. Consultora Jurídica e Parecerista

JOSÉ FERNANDO SIMÃO

Livre-docente, Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Professor Associado do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da USP. Coordenador do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* na Faculdade de Direito da USP. Membro do Conselho Consultivo da ISFL (International Society of Family Law). Diretor Nacional do IBDFAM e do IBDFAMSP. Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

FLÁVIO TARTUCE

Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Titular permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenador e Professor dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito de Família e das Sucessões na Escola Paulista de Direito (EPD, São Paulo). Diretor Nacional do IBDFAM e Vice-Presidente do IBDFAMSP. Membro da ISFL (International Society of Family Law). Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

24.7 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

1 Parto anônimo: sob a égide da proteção integral da criança no Brasil e breves considerações no direito comparado

ELINE TRISTÃO DO AMARAL ALMEIDA MATTAR

Pós-Graduada no curso de Família e Sucessões da rede de ensino LFG/Anhanguera.
Advogada.

25) EDIÇÃO 24 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2017 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

25.1 Estatuto da adoção: projeto para retirar crianças invisíveis do cárcere

MARIA BERENICE DIAS

Advogada. Vice-Presidente Nacional do IBDFAM.

25.2 Como ficam as adoções perante a decisão do STF (RE 898060) que reconheceu a possibilidade da multiparentalidade?

MARIA GORETH MACEDO VALADARES

Doutora e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Escreveu sua dissertação de mestrado sobre Famílias Reconstituídas e sua tese de doutorado sobre Multiparentalidade. É também especialista em Direito Civil pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Formou-se em Direito pela Faculdade Milton Campos em julho de 2003. É professora da PUC Minas desde 02/2006 e do IBMEC desde 08/2015. Em 2005 ganhou o prêmio Caio Mário, por seu artigo ter sido escolhido entre os dez melhores, tendo sido publicado em um livro da Editora Forense. Em dezembro de 2015 foi a professora mais bem avaliada do IBMEC. Tem artigos publicados sobre temas relacionados à área de atuação.

25.3 Exercício abusivo da autoridade parental sob a perspectiva da democratização da família: uma análise crítica da alienação e da autoalienação parental

LIVIA TEIXEIRA LEAL

Mestranda em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pós-Graduada pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Membro do Conselho Assessor da Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil. Advogada.

25.4 Desistência da adoção

PAULA ARANHA HAPNER

Advogada na área de Direito das Famílias e Sucessões.

25.5 A estabilização das tutelas antecipatórias no CPC/2015 foi um avanço para o Direito das Famílias?

RAFAEL CALMON RANGEL

Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

25.6 Efeitos sucessórios da multiparentalidade nas famílias neoconfiguradas: uma breve análise da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 898060

HILDA LEDOUX VARGAS

Advogada, Especialista, Mestra e Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Professora assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS-Bahia. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade Anísio Teixeira – FAT. Membro da Comissão de Estudos Jurídicos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, subseção de Feira de Santana, Bahia.

25.7 DECISÃO COMENTADA

1 Decisão comentada do TJSC – Famílias paralelas

1.1 Comentário da decisão por Marcos Alves da Silva – Igualmente diferentes ou a crise da monogamia.

MARCO ALVES DA SILVA

Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Civil no Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA e integrante do quadro de professores do Programa de Pós- graduação em Direito (mestrado). Professor da Fundação Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR). Professor na Academia Brasileira de Constitucional (ABDCONST). Integrante da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Segundo Vice-Presidente da Comissão Nacional do Ensino Jurídico de Família do IBDFAM. Advogado em Curitiba.

26) EDIÇÃO 25 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2018 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

26.1 A desconsideração da personalidade jurídica e suas aplicações ao direito de família e das sucessões

FLÁVIO TARTUCE

Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Titular permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenador e Professor dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito de Família e das Sucessões na Escola Paulista de Direito (EPD, São Paulo). Diretor Nacional do IBDFAM e Vice- Presidente do IBDFAMSP. Membro da ISFL (International Society of Family Law). Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

26.2 O registro civil da parentalidade socioafetiva e da multiparentalidade

MÁRCIA FIDELIS LIMA

Oficiala de Registro de Mateus Leme – MG. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Registral – IBDR e Coordenadora de Auditoria do Fundo de Compensação de MG. Membro do IBDFAM.

26.3 A possibilidade do dano moral na alienação parental

SELMARA APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA SILVA

Advogada. Graduada em Direito e Pós-Graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá.

26.4 A proteção da legítima deve ser mantida, excluída ou diminuída do ordenamento jurídico brasileiro?

ANA LUIZA MAIA NEVARES

Doutora e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil na PUC-Rio. Membro do IBDFAM e do IAB. Advogada.

26.5 O reconhecimento da multiparentalidade perante a repersonalização do direito das famílias – impactos patrimoniais

LUCAS DE MELO BORGES

Advogado. Pós-Graduando em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

26.6 A implantação de falsas memórias de abuso sexual em crianças cujos pais estejam em litígio na Vara de Família: uma análise das causas, sintomas, consequências e da necessidade de rápida intervenção judicial para redução de danos às vítimas

BIANCA FERNANDES FIGUEIREDO

Juíza Substituta do Poder Judiciário de Santa Catarina desde 2005. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em 2002. Especialista em Modernização da Gestão do Poder Judiciário pela Unisul em parceria com a Academia Judicial em 2008. Especialista em Psicologia Jurídica pelo CESUSC em 2011. Mestranda em Direito pela UFSC.

26.7 Natureza jurídica da obrigação alimentar conforme o artigo 1.698, do Código Civil

PAULO RIBEIRO SOARES DE LADEIRA

Advogado militante formado pela Universidade de São Paulo, campus Largo São Francisco. Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela PUCSP-COGEAE. Membro do IBDFAM

27) EDIÇÃO 26 MARÇO/ABRIL DE 2018 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

27.1 Temas contemporâneos de Direito de Família

LUIS FELIPE SALOMÃO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

MÔNICA DRUMOND

Assessora de Ministro no Superior Tribunal de Justiça.

27.2 O fato jurídico da transexualidade

NELSON ROSENVALD

Procurador de Justiça do Ministério Público/MG. Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Tre. *Visiting Professor* na Oxford University. Professor Investigador na Faculdade de Direito de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC/SP. Membro da *Society of Legal Scholars* (UK). Membro do comitê científico da Revista *Actualidad Juridica Iberoamericana* (Espanha).

27.3 Adoção de crianças indígenas x Doutrina da proteção integral

DENISE ABREU CAVALCANTO CALIL

Advogada especializada em Direito de Família, Infância e Juventude. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em Roraima. Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/RR. Membro da Comissão Nacional da Criança e do Adolescente do CFOAB.

27.4 Guarda compartilhada e convivência compartilhada: diferenças e aplicações no sistema híbrido brasileiro

CÁSSIO AUGUSTO BARROS BRANT

Doutor e Mestre em Direito Privado pela PUC-MG. Professor de Direito Civil. Advogado. Autor de obras jurídicas.

27.5 A filiação socioafetiva pela posse de estado de filho e a multiparentalidade no Provimento 63 do CNJ

MARCOS COSTA SALOMÃO

27.6 Como nossos pais

FERNANDA LEÃO BARRETTO

Advogada. Mestra em Família Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL. Professora exclusiva do Curso de Graduação em Direito da Universidade Salvador (UNIFACS). Conselheira Estadual da OABBA - Ordem dos Advogados da Bahia. Diretora da Comissão de Direito e Arte do Instituto Brasileiro de Direito de Família- IBDFAM.

LIZE BORGES GALVÃO

Advogada. Especializada em Direito Civil pela Faculdade Baiana de Direito. Mestranda em Família Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL. Professora do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Batista de Direito. Integrante da Comissão de Direito e Arte do Instituto Brasileiro de Direito de Família- IBDFAM.

27.7 DECISÃO COMENTADA

1 A (des)necessidade de indicação de gênero ao assento de nascimento: uma ótica sob a prática jurídica do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em um paradigma mundial

MILENA MACALÓS SASSO

Especializanda em Direito de Família e Sucessões pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela UniRitter Lauret International Universities. Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Advogada e Pesquisadora.

27.8 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

1 A eutanásia e as diretrizes antecipadas de vontade em Portugal

LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991). Pós-Graduada e Mestra em Direito Público e Doutoranda em Ciências Jurídicas. Oficiala do Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito de Barreiro, em Belo Horizonte, MG. Professora e Coordenadora da Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral na parceria INDIC – Instituto Nacional de Direito e Cultura com o CEDIN – Centro de Direito e Negócios. Autora de diversos artigos na área de Direito Tributário, Direito Administrativo, Direito Civil e Direito Notarial. Autora dos livros “Função Notarial e de Registro” e “Casamento e Divórcio em Cartórios Extrajudiciais do Brasil”. Presidente do Colégio do Registro Civil de Minas Gerais e Diretora do CNB/MG. Ex-Procuradora do Município de Belo Horizonte e Ex-Procuradora da Fazenda Nacional.

28) EDIÇÃO 27 MAIO/JUNHO DE 2018 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

28.1 Renúncia de herança no pacto antenupcial

ROLF MADALENO

Advogado em Direito de Família e Direito das Sucessões. Professor na Pós-Graduação da PUC/RS de Direito das Sucessões. Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS.

28.2 A prisão civil em perspectiva comparatista: e o que podemos aprender com isso

RAFAEL CALMON RANGEL

Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

28.3 Possibilidade de responsabilização civil do Estado pela não efetivação do direito humano fundamental da criança e do adolescente em situação de risco à convivência familiar, por meio da adoção – uma análise nos sistemas jurídicos português e brasileiro

WLADEMIR PAES DE LIRA

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Doutorando pela Universidade de Coimbra. Juiz de Direito e Professor da Universidade Federal de Alagoas.

28.4 ADI 4.275 - Suprema Corte brasileira marca a história da dignidade da pessoa humana

MÁRCIA FIDELIS LIMA

Oficiala de Registro de Mateus Leme – MG. Presidente do IBDR – Instituto Brasileiro de Direito Registral e Coordenadora de Auditoria do Fundo de Compensação de MG. Membro do IBDFAM.

28.5 Análise processual do litisconsórcio alimentar, com foco no artigo 1.698 do Código Civil

PAULO RIBEIRO SOARES DE LADEIRA

Advogado militante formado pela Universidade de São Paulo, campus Largo São Francisco. Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela PUCSP-COGEAE. Membro do IBDFAM.

28.6 A sucessão do cônjuge casado em regime de separação consensual de bens

MATHEUS FERREIRA BEZERRA

Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutorando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ANA JULIA SOUZA MARIANO

Advogada. Pós-Graduanda da Especialização em Direito Processual Civil pela Universidade Estácio de Sá/CERS.

28.7 DECISÃO COMENTADA

1 A divisão de lucros antes de ultimada a partilha das cotas sociais comuns por Mara Rubia Cattoni Poffo e Andressa Anastácio - TJSC

1.1 Comentário da decisão

MARA RUBIA CATTONI POFFO

Advogada com exclusividade em Direito de Família e Sucessões. Especialista em Direito de Família e Sucessões. Conselheira do IBDFAM de Santa Catarina. Sócia do escritório Pasquali Advogados.

ANDRESSA ANASTÁCIO

Advogada com exclusividade em Direito de Família e Sucessões. Especialista em Direito de Família e Sucessões. Associada ao escritório Pasquali Advogados.

28.8 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

1 A adoção e a fome

PAULO LINS E SILVA

Advogado e Diretor de Relações Internacionais do IBDFAM.

29) EDIÇÃO 28 JULHO/AGOSTO DE 2018 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

29.1 Diretivas Antecipadas de Vontade – DAVS – o direito à morte digna

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA

Livre-docente e Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Professora Titular de Direito Civil na Faculdade de Direito da USP. Coordenadora Titular e Professora Titular do Programa de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenadora Geral dos Cursos de Especialização na Escola Paulista de Direito (EPD). Diretora Nacional e Fundadora do IBDFAM. Consultora Jurídica e Parecerista

29.2 Multiparentalidade – equiparação ou prevalência da filiação socioafetiva com relação à biológica?

DIMAS MESSIAS DE CARVALHO

Mestre em Direito Constitucional pela FDSM. Promotor de Justiça aposentado/MG. Professor de Direito de Família e Sucessões na Unifenas e Unilavras. Advogado.

29.3 Abandono afetivo no âmbito da responsabilidade civil subjetiva: violação ao dever legal de cuidar e de agir

LEILA MARIA CHAGAS SERRA

Doutoranda em Gestão: Ciência Aplicada à Decisão pela Universidade de Coimbra. Mestre em Administração e Gestão Pública pela Universidade de Aveiro em Portugal. Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduanda em Direito pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco.

BRUNA BARBIERI WAQUIM

Professora e Servidora Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Doutoranda em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Mestre em Direito e Instituições do Sistema da Justiça pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Direito Civil e Processo Civil e em Direito de Família e Sucessões.

29.4 A (im)possibilidade de concessão de pensão alimentícia para os animais de estimação

HÉLIO SISCHINI DE CALI

Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio. Associado do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Ex-Membro da

Comissão Especial de Direito de Família da OAB-ES. Diretor do Núcleo dos Advogados de Família da Região Norte/ES do IBDFAM/ES – biênio 2016-2017. Mediador Judicial em formação. Advogado.

29.5 Aspectos civis da gestão por substituição no Brasil ante a ausência de legislação específica

MARCOS VINÍCIUS MARQUES PAIM

Advogado. Graduado pela Universidade Estácio de Sá, campus Petrópolis – RJ.

29.6 A multiparentalidade nas famílias reconstituídas

KARINA BARBOSA FRANCO

Mestranda em Direito Público pela UFAL. Professora Universitária. Membro do IBDFAM e IBDCIVIL. Participante do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE) e Direito Privado e Contemporaneidade – Linha de Pesquisa: Constitucionalização das Relações Privadas (UFAL).

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR

Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor de Direito Civil da UFAL. Professor de Direito Civil e Direito do Consumidor do Centro Universitário CESMAC. Pesquisador Visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Líder do Grupo de Pesquisa Direito Privado e Contemporaneidade (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE). Editor da Revista Fórum de Direito Civil (RFDC). Diretor Nordeste do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). Advogado.

29.7 Os danos causados à criança e ao adolescente em decorrência da prática da alienação parental

BRUNA FERREIRA GOMES

Especializanda no Curso de Processo Civil – PUC/RS. Bacharela em Direito – PUC/RS.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA

Doutora em Serviço Social – PUC/RS. Mestra em Direito – UNISINOS. Especialização em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente – Universidade de São Paulo. Especialização em Direito Processual Civil – Escola Oswaldo Vergara de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais. Graduação em Direito – UNISINOS.

29.8 DECISÃO COMENTADA

1 Superior Tribunal de Justiça –Recurso Especial n. 1.685.935- AM – Reconhecimento incidental de união estável no processo de inventário.

1.1 Comentário da decisão por Fernanda Tartuce

FERNANDA TARTUCE

Doutora e Mestra em Direito Processual pela USP. Professora dos cursos de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP. Professora e Coordenadora de Processo Civil da Escola Paulista de Direito – EPD. Advogada orientadora do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, do Instituto dos

Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidente do Conselho do Centro de Estudos Avançados de Processo – CEAPRO. Mediadora e autora de obras jurídicas.

30) EDIÇÃO 29 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2018 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

30.1 Poliamor: uma análise crítica da decisão do Conselho Nacional de Justiça e dos reflexos do poliamorismo no direito de família e das sucessões

JOSÉ ROBERTO MOREIRA FILHO

Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Bioética, Direito e Aplicações pelo IEC PUC-Minas. Diretor Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em Minas Gerais. Presidente da Comissão de Direito de Família da OAB/MG. Professor Universitário e Advogado militante.

30.2 No desvã da bioética: Diretivas Antecipadas de Vontade (DAVs) ou morrer com dignidade – o direito a não sofrer

MÁRCIA BOEN GARCIA LIÑAN FIGUEIREDO

Graduação em Odontologia UNESP de São José dos Campos. Mestra em Deontologia e Odontologia Legal pela FOU SP. Doutora em Educação na Área: Estado, Sociedade e Educação pela FEUSP. Diplomada em Bioética pela Faculdade de Medicina da PUC do Chile. Graduação em Direito pela FMU. Advogada. Pós-Graduação lato sensu em Direito de Família e Sucessões pela EPD.

30.3 Ato processualizado e ação anulatória (Art. 966, § 4º, CPC)

CÁSSIO BENVENUTI DE CASTRO

Juiz de Direito no Rio Grande do Sul. Especialista em Ciências Criminais. Especialista em Direitos Fundamentais e Direito do Consumidor. Mestre em Direito pela UFRGS. Doutorando em Direito pela UFRGS.

30.4 precisamos falar sobre os homens: apontamentos preliminares sobre práticas voltadas à reabilitação e educação de homens autores de violência doméstica contra a mulher

JULIANA LAZZARETTI SEGAT

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Assessora de Juiz de Direito no Juizado da Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rio Grande/RS (TJRS).

30.5 PARECER

1 Parecer - Doação que institui as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade sobre propriedade rural e a possibilidade de extinção das referidas restrições, em atendimento ao princípio da função social da propriedade

FLÁVIO TARTUCE

Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Titular permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenador e Professor dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito de Família e das Sucessões na Escola Paulista de Direito (EPD, São Paulo). Diretor Nacional do IBDFAM e Vice-Presidente do IBDFAMSP. Membro da ISFL (International Society of Family Law). Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

30.6 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

1 Das diferenças e semelhanças da guarda compartilhada no Brasil e na Argentina

ANA PAULA GIMENEZ

Advogada. Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires. Diretora da Revista Especializada de Direito Civil IJ.

31) EDIÇÃO 30 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2018 - Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

31.1 Novas razões para a força normativa dos princípios nas relações privadas

PAULO LÔBO

Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Emérito da UFAL. Diretor Nacional do IBDFAM Ex-cônjuge é obrigado a retirar o sobrenome do outro?

ZENO VELOSO

Professor de Direito Civil e de Direito Constitucional Aplicado. “Notório Saber” reconhecido pela Universidade Federal do Pará. Doutor *Honoris Causa* da Universidade da Amazônia. Escritor. Diretor do IBDFAM. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

31.2 Por uma abordagem hermenêutica nas relações parentais

SOFIA MIRANDA RABELO

O reconhecimento de conjugalidades simultâneas afronta o ordenamento jurídico brasileiro?

MARCOS ALVES DA SILVA

Doutor em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito pela UFPR. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito do UNICURITIBA. Vice-Presidente da Comissão Nacional de Ensino de Direito de Família do IBDFAM. Advogado em Curitiba — PR.

31.3 Controle da convencionalidade dos artigos 181 e 182 do Código Penal (escusas absolutórias) nos crimes patrimoniais de violência doméstica e familiar contra a mulher

ÉRICA VERÍCIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS

Promotora de Justiça no Rio Grande do Norte. Mestra em Ciências Sociais (UFRN) e em Direito (UFBA). Doutora em Ciências Sociais (UFRN). Professora da UFRN. Membro do IBDFAM.

GABRIELA NIVOLIERES SOARES DE SOUSA ARAUJO

Assessora Jurídica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

31.4 O novo regime das incapacidades e a (des)proteção legal das pessoas com deficiência mental

ANDRESSA TONETTO FONTANA

Advogada especialista em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP. Coordenadora da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência do IBDFAM/RS.

31.5 A violência doméstica sob a ótica sistêmica – uma experiência no Judiciário

ANA CAROLINA CARPES MADALENO

Advogada e Consteladora com atuação sistêmica no Direito de Família e Sucessões. Sócia do Escritório Madaleno de Advocacia. Professora convidada da Pós-Graduação em Direito de Família. Idealizadora e Consteladora do projeto Ampliando o Olhar, realizado nas Varas de Violência Doméstica e Família do Fórum de Novo Hamburgo – RS. Coautora dos livros Síndrome da alienação parental. Importância da detecção.

31.6 Aspectos legais e processuais e Responsabilidade civil no Direito de Família. Família multiespécie e divórcio extrajudicial com guarda de animais sencientes.

THOMAS NOSCH GONÇALVES

Tabelião e registrador. Ex-Advogado. Especialista em notas e registro pela EPM. Pós-Graduando da USP – FDRP. Membro da Comissão de Notas e Registro do IBDFAM. Mudança de nome e sexo no registro civil: a identidade de gênero

MARCELO SALAROLI DE OLIVEIRA

Mestre em Direito Privado pela UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Diretor da Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ArpenSP). Coordenador da Revista de Direito Imobiliário (2007). Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais no Estado de São Paulo (desde 2007).

32) EDIÇÃO 31 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2019- Revista IBDFAM- Famílias e sucessões

32.1 “Posso renunciar à herança em pacto antenupcial?”

MARIO LUIZ DELGADO URBANO MARINHO JUNIOR

Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC-SP. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Titular da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP e Professor de Direito Civil na Escola Paulista de Direito – EPD. Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. É membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC.

JÂNIO URBANO MARINHO JUNIOR

Mestre em Direito pela FADISP. Bacharel em Direito pela USP. Defensor Público Federal.

32.2 “Famílias simultâneas e a dignidade da pessoa humana”

LAURA UHRY VIEIRA

Especialista em direito público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

32.3 “Aspectos práticos da transmissibilidade da obrigação alimentar”

MARCELO REUZZI OTERO

Mestre e Doutor pela PUC-SP. Diretor do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Advogado. Professor da Escola Paulista de Direito – EPD.

32.4 “Alienação parental: entre o mito e a banalização – a busca de novas soluções para velhos problemas no MP/RJ”

BEATRICE MARINHO PAULO

Atuou durante 12 anos como Psicóloga do Grupo de Apoio Técnico Especializado do Ministério Público do Rio de Janeiro – GATE-MP/RJ. Doutora e Mestra em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Mestra em Direito Civil pela UGF. Especialista em Psicologia Jurídica pela UNESA e em Direito Especial da Criança e do Adolescente pela UERJ. Professora de Psicologia Aplicada ao Direito na Universidade Estácio de Sá. Coautora e organizadora do livro “Psicologia na Prática Jurídica: a criança em foco”. Associada da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica – ABPJ, do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM e da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH.

32.5 “A atuação técnica do serviço social e da psicologia em conflitos familiares no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais ”

CAROLINA LOPES ARANTES MASCARENHAS

Assistente Social. Analista do Ministério Público de Minas Gerais.

FERNANDA CUNHA GUIMARÃES

Psicóloga. Analista do Ministério Público de Minas Gerais.

32.6 “Aspectos históricos e relevantes do instituto da adoção no Brasil”

DENISE ABREU CAVALCANTI CALIL

Advogada. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em Roraima. Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/RR. Sócia do escritório DCC Advogados Associados.

32.7 “A adoção por casais homoafetivos: viabilidade jurídica e psicossocial”

LAYS COSTA FERNANDES

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Estácio de Sá. Advogada.

32.8 DECISÃO COMENTADA

“Cabimento ou não da prisão civil na fixação de alimentos compensatórios – Agravo de Instrumento no 70078720984, apreciado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul”

RAFAEL CALMON

Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

32.9 CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

A natureza jurídica da legítima e o seu cálculo: uma visão luso-brasileira

PRISCILA MARTINS DELFIM

Mestra em Ciências Jurídicas – Civil/ Sucessões pela Universidade de Lisboa. Pós-Graduada em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Graduada pela Faculdade de Direito Milton Campos. Advogada. Professora universitária na rede de ensino Doctum.